

Comissão tem fórmula para reduzir dívida de estados ^{publica}

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — “O Israel descobriu um buraco na cerca e nós vamos passar por ele”. A frase é do presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), ao revelar que o Legislativo já possui a fórmula para encaminhar o pleito dos governadores de reduzir o comprometimento dos estados com o pagamento das dívidas interna e externa avalizadas pela União.

A proposta está consolidada numa emenda apresentada ao projeto de Orçamento pelo deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG) e prevê a inclusão no texto da lei orçamentária de critérios a serem seguidos pela União para promover o refinanciamento da dívida de estados e municípios.

Pressões — A proposta orçamentária da União obriga estados e municípios a quitarem no próximo ano 25% de suas dívidas contratadas com aval da União. Normalmente o Tesouro Nacional não cobrava mais de 10% destes débitos, refinanciando o restante. Há dois meses os governadores vêm pressionando o governo federal pela retomada do padrão tradicional de rolagem do débito. Do contrário, alegavam eles, ocorreria a debacle financeira dos endividados.

A Comissão de Orçamento sempre esteve sensível ao problema, mas não havia ainda encontrado uma fórmula constitucional de solucioná-lo, já que a lei proíbe o Legislativo de anular receitas do Executivo. A emenda do deputado Israel Pinheiro, ao propor porém apenas uma ação normatizadora, desfez o impasse.

Pela emenda, o texto da lei orçamentária receberá três novos artigos, autorizando a União a promover o refinanciamento dos débitos de estados e municípios, fixando critérios para esta operação e liberando o governo para utilizar recursos destinados a subsídios para recompor a receita danificada pela redução do pagamento feito pelos endividados.

Até amanhã, quando os governadores se reunirão em Brasília com as lideranças do Congresso Nacional para deliberar sobre o assunto, ficará definido o novo limite mínimo dos pagamentos a serem executados. A proposta predominante até agora é pelo percentual de 15%, que atrai por ser uma cifra intermediária entre a meta da União e o pleito dos governadores e por não comprometer demasiadamente a política de contenção do déficit público.

Má fé — O governo trabalha hoje

com uma meta de 0,56% do PIB (incluindo as empresas estatais) para o déficit de 1989. A proposta de Israel Pinheiro para a rolagem da dívida comprometeria pouco este objetivo, segundo Cid Carvalho, que concebe o novo déficit “com uma cifra ainda inferior a 1%.

O relator da Comissão de Orçamento, senador Almyr Gabriel, ganhou ontem mais cinco dias para apresentar seu parecer sobre o projeto orçamentário. A dilatação do prazo foi autorizada pela Comissão para que o senador possa analisar detalhadamente a proposta de revisão da versão original do orçamento, encaminhada pelo governo ao Congresso na sexta-feira.

Gabriel reclamou do corte linear de 20% sobre o orçamento de todos os ministérios, “comprometendo particularmente aqueles envolvidos com a promoção social” e revoltou-se contra “um tipo de programação orçamentária que coloca 90% dos recursos em aplicações que não podem sofrer a interferência do Congresso, como pagamento de pessoal, pagamento de dívidas e transferência para estados e municípios”. O senador ameaçou com a promoção da rejeição do projeto, caso conclua pela “má fé” do Executivo na sua elaboração.



O Congresso, que ontem esteve vazio, vai fazer esforço concentrado para discutir diversos projetos, entre os quais regulamentação do direito de greve nos serviços essenciais